

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 12.

1 No final dos anos 1990, teve início o debate acerca
do futuro do *marketing* e de seu papel nas organizações.
2 *Marketing* é planejamento, é definição de estratégia. Logo,
3 para ser executado, requer o prévio conhecimento do
4 ambiente, das necessidades da clientela. De posse desse
conhecimento, é possível desenvolver estratégias
5 corporativas para que essas necessidades possam ser
6 atendidas.

7 Por isso, o ponto de partida do *marketing* como
8 filosofia organizacional fundamenta-se neste fato: os
9 clientes apresentam necessidades a serem atendidas. Para
10 tanto, a organização tem de coordenar os esforços de suas
11 áreas funcionais, visando não só à conquista deles, mas
12 também à sua lealdade à marca.

13 Quando há a satisfação do cliente, ocorre o que se
14 chama de fidelização do cliente, que se traduz em sólida
15 relação ou vinculação entre empresa e cliente ou entre
16 profissional (prestador de serviços) e cliente. Clientes
17 satisfeitos costumam proporcionar aumento de vendas e,
18 portanto, lucros crescentes. O desafio de uma empresa
19 voltada para o *marketing* é desenvolver uma proposta de
20 valor de um produto ou serviço que atenda integralmente
21 às carências e expectativas dos seus clientes efetivos e
22 potenciais.

23 Assim, para que uma organização sobreviva no
24 futuro, todo o negócio que ela desenvolve deverá ser
25 focado no cliente e guiado pelo mercado, com escopo
26 global e flexibilidade na sua habilidade de entregar valor
27 superior a ele, cujas preferências e expectativas mudam
28 continuamente à medida que é exposto a novas ofertas de
29 produto e informações a elas referentes.

L. R. Paranhos *et al.* Implicações éticas e legais do *marketing* na Odontologia. In: *RSBO – Revista Sul Brasileira de Odontologia*, v. 8, n.º 2, p. 219-24, 2011 (com adaptações).

A respeito das ideias do texto, julgue os itens de 1 a 4.

- 1 No texto, predomina a tipologia textual narrativa, o que se pode observar pelo emprego da expressão “No final dos anos 1990” (linha 1).
- 2 O texto aborda a importância da utilização do *marketing* nas organizações atuais.
- 3 Infere-se do texto que a estratégia corporativa relaciona-se a como uma organização deve utilizar seus recursos, suas capacidades e limitações para construir vantagens competitivas que influenciarão positivamente a decisão de compra dos clientes, bem como sua fidelização.
- 4 Do texto se deduz que a função do *marketing* é fazer com que o cliente perceba o poder de venda e de obtenção de lucros da empresa.

No que concerne à estruturação linguístico-gramatical do texto, julgue os itens de 5 a 12.


- 5 O trecho “No final dos anos 1990” (linha 1) pode ser substituído por **No fim da década de 90 do século passado**, sem que isso prejudique o sentido original do texto.
- 6 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, o segmento “teve início” (linha 1) pode ser substituído por **deu-se início**.
- 7 No texto, as expressões “Logo” (linha 3), “Por isso” (linha 9), “portanto” (linha 20) e “Assim” (linha 25) conectam orações que têm o mesmo nível sintático e estabelecem entre elas uma relação conclusiva.
- 8 Os termos “desse” (linha 5) e “essas” (linha 7) referem-se, respectivamente, a “prévio conhecimento do ambiente” (linhas 4 e 5) e “necessidades da clientela” (linha 5).
- 9 O vocábulo “neste” (linha 10) retoma um elemento anteriormente citado no texto.
- 10 O elemento “Quando” (linha 15) introduz uma oração com sentido locativo.
- 11 A supressão do acento indicativo de crase em “às” (linha 23) mantém a correção gramatical e os sentidos originais do texto.
- 12 No texto, a palavra “cujas” (linha 29) retoma “ele” (linha 29), que, por sua vez, faz referência a “mercado” (linha 27).

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Julgue os itens de **13** a **18**, relativos à instalação de periféricos, ao editor de texto Word 2013 e ao sistema operacional Windows 8.

- 13** Periféricos são todos os dispositivos de *hardware* conectados ao gabinete do computador, com exceção dos dispositivos sem fios (*wireless*).
- 14** Os periféricos mais fáceis de se instalar são os do tipo USB. Não há necessidade de instalá-los manualmente, tendo em vista que eles são sempre reconhecidos pelo sistema operacional.
- 15** Uma das finalidades da Régua do editor de texto Word 2013 é controlar as margens e as tabulações do texto.
- 16** No Word 2013, não é permitido selecionar um documento inteiro, pois há uma restrição quanto à seleção de textos e parágrafos.
- 17** No Windows 8, é possível programar o sistema para que o plano de fundo seja alterado de forma automática.
- 18** Uma das grandes desvantagens de se obter o Windows 8 é o fato de que ele não vem pré-instalado nos computadores, sendo necessário baixar os pacotes de instalação diretamente do *site* da Microsoft.

Julgue os itens de **19** a **22** quanto ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, e aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e pastas.

- 19** Com o navegador Chrome, o usuário pode “clique e arrastar” um arquivo, após seu *download*, diretamente do navegador para a Área de trabalho.
- 20** Com o Google Chrome, o usuário poderá realizar cálculos na barra de endereço. Caso ele digite $2*6$, será mostrado o valor 12.
- 21** Pastas e arquivos devem, necessariamente, possuir conteúdo para existirem, ou seja, as pastas devem possuir, no mínimo, um arquivo e os arquivos devem possuir informações dentro deles.
- 22** Por padrão, o ícone  representa os arquivos do programa de edição de texto do Microsoft Word.

Três números inteiros e positivos, X , Y e Z , são tais que: todos são menores que 17; $X < Y < Z$; $X + Y + Z = 33$; e o produto entre dois deles é 99.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **23** a **26**.

- 23** Os números X , Y e Z não são racionais.
- 24** A soma de dois elementos do conjunto $\{X, Y, Z\}$ sempre é menor que 24.
- 25** O número X é um número primo.
- 26** Os números Y e Z são primos.

RASCUNHO

Em um pacote de biscoitos, existe a informação de que a embalagem é nova e possui 3 biscoitos a mais que a embalagem anterior. Sabe-se que a embalagem anterior possuía 18 biscoitos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **27** a **29**.

- 27** Se cada biscoito possui 30 g, então a nova embalagem possui mais de 600 g.
- 28** Com a mudança de embalagem, o número de biscoitos aumentou mais de 20%.
- 29** Se a embalagem antiga custava R\$ 12,00 e a nova custa R\$ 15,00, então o aumento do preço foi proporcionalmente menor que a quantidade de biscoitos.

-
- A) Todo salva-vidas é forte.
- B) Nenhum mergulhador é fraco.
- C) Alguns marinheiros são fracos.
- D) Alguns marinheiros são salva-vidas.

Considerando as proposições acima, julgue os itens de **30** a **32**.

- 30** Toda pessoa forte é salva-vidas.
- 31** Algum marinheiro é forte.
- 32** Algum salva-vidas é mergulhador.

RASCUNHO

Durante a visita do vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB), o governo chinês deve deixar claro que faz questão da participação do Brasil em sua “Nova Rota da Seda”. O embaixador chinês afirmou que o Brasil “tem todas as condições para ser um participante relevante na extensão da ‘Nova Rota da Seda’ ao continente, uma vez que as cooperações sino-brasileiras têm alicerce sólido e potencial enorme”.

Internet: <<https://noticias.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo o texto apenas como referência inicial, julgue os itens de **33** a **36**.

- 33** A visita do vice-presidente Mourão à China servirá também como preparativo para a viagem do presidente Jair Bolsonaro ao país no segundo semestre, provavelmente em outubro.
- 34** China e EUA são parceiros na área espacial, motivo pelo qual Mourão liberou, para os chineses, o uso da base brasileira de Alcântara, já utilizada pelos americanos.
- 35** A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) é um mecanismo de coordenação das relações entre o Brasil e a China comandado pelos vice-presidentes dos dois países.
- 36** A iniciativa chinesa “Um Cinturão, uma Rota”, também chamada de “Nova Rota da Seda”, visa a promover acordos de cooperação militar e a desenvolver projetos de infraestrutura, comércio e cooperação econômica na comunidade internacional.

Acerca dos assuntos publicados na imprensa nacional e internacional recentemente, julgue os itens de **37** a **40**.

- 37** A renúncia da ex-primeira ministra britânica Theresa May, ocorrida em maio último, deu-se em decorrência da recusa de seu governo em aderir ao euro, a moeda única europeia.
- 38** Em maio, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela soltura de nove militares do Exército que estavam presos após desferirem centenas de disparos contra um carro, quando morreram duas pessoas, um músico e um catador de papel, no Rio de Janeiro.
- 39** Em maio, pela primeira vez desde que assumiu o governo, o presidente Bolsonaro visitou o Nordeste, quando anunciou investimentos em infraestrutura e entregou casas populares a famílias de baixa renda.
- 40** Contrariamente ao que desejava o governo, em maio, a Câmara dos Deputados aprovou a volta do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) que, até então, integrava a estrutura do Ministério da Justiça, área da economia.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens de **41 a 44**.

- 41** Qualquer pessoa poderá, anonimamente, representar à autoridade competente para instauração de investigação destinada a apurar eventual prática de ato de improbidade.
- 42** Em havendo fundados indícios da prática de ato de improbidade, a comissão administrativa responsável pela investigação do ato de improbidade poderá determinar o sequestro de bens do investigado, de modo a garantir o cumprimento de eventual sanção de multa.
- 43** A condenação judicial em perda de função pública e em suspensão de direitos políticos admite execução provisória, ou seja, pode sofrer execução antecipada ainda que pendente de julgamento recurso perante tribunal.
- 44** As ações de improbidade administrativa que não forem ajuizadas pelo Ministério Público contarão com a sua intervenção na condição de fiscal da ordem jurídica.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **45 a 48**.

- 45** A interpretação de norma administrativa posteriormente considerada como mais consentânea com o interesse público alcança os fatos anteriores.
- 46** A assistência de advogado perante a Administração é, via de regra, uma faculdade do administrado.
- 47** O processo administrativo pode ser iniciado não apenas mediante requerimento do interessado, mas também de ofício pela própria Administração.
- 48** A bem da eficiência, a Administração deve fazer uso de modelos e documentos padronizados para assuntos que veiculem pretensões idênticas ou equivalentes.

No que concerne à Lei n.º 12.527/2011, julgue os itens de **49 a 52**.

- 49** As entidades de direito privado que recebam recursos públicos ou subvenções sociais observam dever de transparência e de publicidade não apenas quanto aos valores públicos recebidos, mas também quanto à sua vida financeira de maneira geral.
- 50** O acesso à informação compreende não apenas a informação em si, mas também o direito à orientação sobre as providências necessárias e o local em que poderá ser obtida a informação desejada.
- 51** A informação parcialmente sigilosa obsta o acesso à sua integralidade.
- 52** É dever dos entes da Administração divulgar, mediante solicitação prévia e fundamentadamente, a informação de interesse coletivo por eles produzida.

À luz do Decreto n.º 7.724/2012, julgue os itens de **53 a 55**.

- 53** O Decreto n.º 7.724/2012 regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito dos três Poderes e das diferentes instâncias federativas.
- 54** O pedido de acesso à informação deve conter o nome do interessado, sendo vedado requerimento anônimo ou apócrifo.

- 55** A garantia de acesso à informação afasta a possibilidade de cobrança de quaisquer taxas ou despesas.

No que se refere aos atos administrativos, julgue os itens de **56 a 60**.

- 56** A bem do princípio da legalidade, a competência para a prática de atos administrativos deve, sempre e necessariamente, decorrer de lei expressa.
- 57** A definição da competência administrativa observa critérios como matéria, hierarquia, lugar e tempo.
- 58** A delegação de competência implica renúncia para a autoridade delegante, que fica esvaziada da competência delegada.
- 59** A possibilidade de delegação é, a bem da eficiência, a regra geral, figura corriqueira e de ampla e total possibilidade no âmbito da Administração.
- 60** A forma é elemento indispensável para que o ato complete seu caminho rumo à existência.

Julgue os itens de **61 a 65** a respeito dos poderes administrativos.

- 61** Na medida em que exigem espécie legislativa anterior a ser regulamentada, os atos praticados sob o exercício do poder regulamentar possuem natureza secundária.
- 62** Em sentido lato ou amplo, o poder de polícia significa atividade administrativa que resulta em prerrogativas para os agentes da Administração, preponderando, no seu exercício, o Poder Executivo.
- 63** A competência para o exercício do poder de polícia é verticalizada, alcançando todos os entes federativos, que deverão zelar, reciprocamente, pela observância das competências constitucionais uns dos outros.
- 64** Basicamente qualquer atividade que contemple indivíduos é capaz de atrair o exercício do poder de polícia.
- 65** A restrição oriunda do exercício do poder de polícia também encontra restrições, notadamente por parte dos direitos e das garantias individuais.

Quanto ao controle judicial do Estado e da atividade administrativa, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** O sistema do contencioso administrativo, ou da dualidade de jurisdição, estabelece uma justiça administrativa a quem incumbirá julgar invalidação e interpretação de atos administrativos.
- 67** O controle judicial alcança não apenas aspectos vinculados dos atos administrativos, mas também seu mérito.
- 68** Os atos políticos são imunes ao controle judicial como forma de se evitar uma judicialização da política e uma ofensa à separação de poderes.
- 69** São instrumentos capazes de acionar o controle judicial os meios inespecíficos (ações judiciais de que qualquer um pode se valer e que não exigem a participação do Estado) e os meios específicos (que exigem a presença de pessoa administrativa ou de seus agentes).
- 70** Na medida em que ataca ilegalidade ou abuso de poder, o mandado de segurança, meio específico de controle, somente se limita a condutas comissivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação aos princípios que regem a Administração Pública, julgue os itens de **71** a **80**.

- 71** O princípio da legalidade na Administração Pública está ligado ao princípio da autonomia da vontade, ou seja, a Administração pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- 72** O princípio da moralidade proíbe que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos.
- 73** Em decorrência do princípio da supremacia do interesse público, as pessoas administrativas não têm disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização.
- 74** O princípio da publicidade preconiza a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- 75** De acordo com o princípio da eficiência, a Administração Pública deve se pautar em sua atuação apenas para o cumprimento dos objetivos de suas ações, sem se preocupar com os meios empregados para seu alcance.
- 76** Segundo o princípio da presunção de legitimidade, todos os atos da Administração Pública são verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes, até prova em contrário.
- 77** O ato administrativo legal cuja finalidade não atenda ao interesse público não poderá ser impugnado em função do princípio da moralidade.
- 78** O princípio da impessoalidade estabelece que a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas.
- 79** O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões.
- 80** Pelo princípio da autotutela, a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída para anular os atos ilegais e revogar os atos inconvenientes ou inoportunos.

Quando à administração direta e indireta, à estruturação e às características das entidades e dos órgãos públicos, julgue os itens de **81** a **88**.

- 81** A Administração Pública é composta por órgãos, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, todos eles dotados de personalidade jurídica própria.
- 82** A descentralização administrativa consiste na distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.

- 83** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público.
- 84** As autarquias, por desempenharem serviço público descentralizado, fazem parte da Administração Pública direta.
- 85** Inexigibilidade de inscrição de seus atos constitutivos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, não submissão à fiscalização do Ministério Público, impenhorabilidade de seus bens e sujeição ao processo especial de execução por precatórios são prerrogativas das fundações de direito público.
- 86** As sociedades de economia mista distinguem-se das empresas públicas quanto à sua forma de organização, que deve ser como sociedade anônima, e quanto à organização do capital, que admite a participação de terceiros, desde que o acionista majoritário seja o ente federativo que o controle.
- 87** O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- 88** As empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem as seguintes características comuns: criação e extinção autorizadas por lei; personalidade jurídica de direito público; não sujeição ao controle estatal; e desempenho de atividade de natureza econômica.

No que se refere aos ministérios e às respectivas áreas de competência, julgue os itens **89** e **90**.

- 89** As políticas sobre drogas, quanto à educação, à informação e à capacitação para a ação efetiva para a redução do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, estão a cargo do Ministério da Justiça.
- 90** A regulação profissional e a fiscalização do trabalho estão a cargo do Ministério da Economia.

A respeito dos poderes e dos deveres do administrador público, julgue os itens de **91** a **95**.

- 91** Se o administrador público possui a competência para praticar determinado ato, ele tem o dever de agir quando for instado a exercer suas atribuições.
- 92** O administrador público pode, a depender da situação, se afastar dos limites ou dos fins legais, sem que isso resulte, em consequência, na nulidade do ato praticado.
- 93** Se, diante de determinadas circunstâncias, a lei permite que o administrador defina algum aspecto do conteúdo ou do objeto do ato em razão de seu juízo de conveniência ou de oportunidade, é observado o exercício do poder vinculado.

94 Por meio do poder hierárquico, são definidas as atribuições e as funções dos órgãos públicos e dadas as ordens aos subordinados.

95 O poder de polícia relaciona-se às atividades desenvolvidas pelos particulares que necessitam de ordenação, de planificação, de limitação e de controle, a fim de evitar que os abusos cometidos atentem contra os interesses da própria sociedade.

Julgue os itens de **96 a 98**, relativos aos tipos de estrutura organizacional.

96 A centralização das decisões é uma característica da organização linear.

97 As linhas formais de comunicação são características da organização funcional.

98 As atividades de planejamento e controle são incumbências da equipe de linha em uma organização do tipo linha-staff.

No que se refere a arquivamento e a procedimentos administrativos, julgue os itens de **99 a 102**.

99 A desclassificação é o ato em que a autoridade competente libera para consulta documentos que eram classificados como sigilosos.

100 O recolhimento acontece quando um documento passa do arquivo intermediário para o corrente.

101 No arquivamento vertical, os documentos são colocados uns ao lado dos outros ou atrás, de modo a agilizar a consulta.

102 No método de arquivamento numérico, não é necessário recorrer a um índice alfabético remissivo a fim de localizar um documento.

No que diz respeito às relações humanas, ao desempenho profissional e ao desenvolvimento de equipes de trabalho, julgue os itens de **103 a 105**.

103 De acordo com a teoria Y, o homem médio aprende, sob certas condições, a aceitar e a procurar responsabilidade.

104 Segundo a teoria dos dois fatores de Herzberg, os fatores higiênicos são externos ao controle das pessoas e apenas evitam a insatisfação dos empregados.

105 De acordo com a pirâmide de Maslow, as necessidades de segurança são o nível mais baixo de todas as necessidades humanas e estão ligadas à estabilidade, à busca de proteção contra ameaças ou à privação e à fuga do perigo.

Acerca dos princípios orçamentários, julgue os itens de **106 a 110**.

106 O princípio da unidade veda que dotações globais sejam consignadas para o atendimento de despesas diversas.

107 O princípio do orçamento bruto prevê que as cotas de receita que uma entidade pública transfira a outra devem ser tratadas como despesa na entidade transferidora e como receita orçamentária na entidade recebedora.

108 O princípio da anualidade ou periodicidade veda a existência de normas orçamentárias que ultrapassem o exercício financeiro de um ano.

109 O princípio da não afetação de receitas veda a vinculação de impostos ou taxas a órgão ou à despesa, mas permite a vinculação de contribuições sociais, tais como as vinculadas à saúde.

110 Na lei orçamentária anual, a permissão para que se contrate operação de crédito é exceção legítima ao princípio orçamentário da exclusividade.

Quanto à administração financeira e à execução orçamentária, julgue os itens de **111 a 120**.

111 O empenho global é utilizado para despesas cujo valor não se pode precisar exatamente, como é o caso de despesas com energia elétrica.

112 Não há qualquer exceção que permita o pagamento de despesas previamente à sua liquidação.

113 O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, independentemente de se tratar de receitas vinculadas ou não vinculadas.

114 A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

115 Consideram-se como restos a pagar processados as despesas empenhadas, mas não liquidadas, até 31 de dezembro do exercício.

116 O Poder Executivo tem até trinta dias após a publicação dos orçamentos para estabelecer a programação financeira e o cronograma mensal de desembolsos.

117 A frustração na realização das receitas que inviabilize o cumprimento das metas fiscais pode ensejar a limitação de empenhos e de movimentação financeira até que eventualmente as receitas se restabeleçam.

118 As metas fiscais anuais são definidas na lei orçamentária anual.

119 É vedada a realização de despesas sem prévia emissão de nota de empenho.

120 Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente pagas.